

ÍNDICE

Prefácio à 16 ^a edição	23
Prefácio à 3 ^a edição	25
Prefácio à 2 ^a edição	27
1. A QUESTÃO DO ENSINO JURÍDICO	29
1.1. Uma necessária crítica à pedagogia no curso de Direito	29
1.2. O problema da educação bancária	30
1.3. O pacote fechado ou o supermercado jurídico	32
1.3.1. Atraso reiterado e reinventado	32
1.3.2. O pacote	33
1.4. A ficção	34
1.4.1. O objeto-modelo ficcional	34
1.4.2. O ensino ficcional	39
1.5. O modelo não difere de escola para escola	40
1.6. A exposição ou o cuspimento do saber	41
1.6.1. O despejar de informações	41
1.6.2. A phdite ou doutorite (irmãos da juizite e da promotorite)	43
1.6.3. A confusão de papéis	47
1.7. A negação da individualidade do aluno	48
1.7.1. Alegria, respeito e individualidade	48
1.7.2. O problema da avaliação	50
1.7.2.1. Avaliar e não decidir	50
1.7.2.2. O resultado da avaliação	52
1.7.2.3. Provas e avaliações não geram bons profissionais	52

1.8. Conclusão	52
1.9. Exercícios	53
1.9.1. O texto abaixo é de Piero Mussio (Introdução à informática, Petrópolis, Vozes, p. 13-4). Leia-o e, com base nele, responda às questões formuladas.....	53
1.10. Bibliografia	55
2. A Ciência do Direito	57
2.1. A Ciência	57
2.2. As escolas científicas	62
2.3. A Ciência do Direito	80
2.4. O objeto da Ciência do Direito. Que é o Direito?	83
2.5. A Ciência Dogmática do Direito	86
2.5.1. O termo “Ciência do Direito”	86
2.5.2. A escola racionalista. O jusnaturalismo	87
2.5.3. O empirismo jurídico	87
2.5.3.1. A Escola da Exegese	88
2.5.3.2. A Escola Histórica	91
2.5.4. A Ciência Dogmática do Direito – o Direito na atualidade ..	92
2.5.4.1. O enfoque dogmático	92
2.5.4.2. A instrumentalização	95
2.5.4.3. Dogmática e tecnologia	98
2.5.4.4. Solução e decisão	100
2.5.4.5. Eficiência e consciência	108
2.6. Verdade e Opinião na Ciência Dogmática do Direito	110
2.7. Exercícios	114
2.7.1. O texto a seguir foi extraído da Teoria pura do direito, de Hans Kelsen (São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1987, p. 1-3). Leia-o, e com base nele responda às questões formuladas.....	114
2.7.2. O texto a seguir foi extraído de “Verdade e política”, capítulo de Entre o passado e o futuro, de Hannah Arendt (São Paulo, Ed. Perspectiva, 1972, montagem de p. 283 e 288). Leia-o e, após, responda às questões formuladas.....	117

2.7.3.	O texto a seguir, de autoria de Roque Spencer Maciel de Barros, foi publicado no Jornal da Tarde (12 mar. 1998, p. 2A). Leia-o e, depois, responda às questões formuladas.....	119
2.7.4.	Exercícios de revisão	122
2.8.	Bibliografia	124
3.	As Fontes do Direito	125
3.1.	O conceito de fonte do direito	125
3.2.	Fontes estatais e não estatais	126
3.3.	As fontes estatais	127
3.3.1.	A legislação	127
3.3.2.	Os tratados internacionais	144
3.3.2.1.	Elaboração	144
3.3.2.2.	Monismo e dualismo	146
3.3.2.3.	A recepção na ordem jurídica nacional	147
3.3.2.4.	A posição hierárquica no sistema jurídico	148
3.3.3.	A jurisprudência	150
3.4.	As fontes não estatais	160
3.4.1.	O costume jurídico	160
3.4.2.	A doutrina	170
3.5.	Exercícios	174
3.5.1.	Leia o editorial do jornal O Estado de S. Paulo (10 mar. 1992) e, após, responda às questões formuladas.....	174
3.5.2.	A decisão abaixo é do 1º Tribunal de Alçada Civil (Bol. AASP n. 1.931, de 2-1-1996). Leia-a e, após, responda às questões formuladas.....	177
3.5.3.	Exercícios de revisão	181
3.6.	Bibliografia	182
4.	O Direito Positivo	185
4.1.	O direito objetivo	186
4.2.	O direito subjetivo	186
4.3.	O dever subjetivo	189
4.4.	A divisão no direito positivo	191

4.4.1.	Divisão geral: Direito Público, Privado, difuso e coletivo	191
4.4.2.	Ramos do Direito Público interno	197
4.4.2.1.	O Direito Constitucional	197
4.4.2.2.	O Direito Administrativo	198
4.4.2.3.	O Direito Tributário	199
4.4.2.4.	O Direito Processual	199
4.4.2.5.	O Direito Penal	200
4.4.2.6.	O Direito Eleitoral	200
4.4.2.7.	O Direito Militar	201
4.4.3.	O Direito Público externo	201
4.4.3.1.	O Direito Internacional Público	201
4.4.4.	Os ramos do Direito Privado	202
4.4.4.1.	O Direito Civil	202
4.4.4.2.	O Direito Empresarial	203
4.4.5.	Os ramos dos Direitos difusos e coletivos	204
4.4.5.1.	O Direito do Trabalho	204
4.4.5.2.	O Direito Previdenciário	204
4.4.5.3.	O Direito Econômico	205
4.4.5.4.	O Direito do Consumidor	205
4.4.5.5.	O Direito Ambiental	207
4.4.6.	O Direito difuso externo	208
4.4.6.1.	O Direito Internacional Privado	208
4.5.	Outros elementos do direito positivo	209
4.5.1.	A relação jurídica	209
4.5.2.	Os sujeitos da relação jurídica	210
4.5.2.1.	A pessoa física	211
4.5.2.2.	A pessoa jurídica	213
4.5.2.3.	Os entes “despersonalizados”	215
4.5.3.	O objeto da relação jurídica	216
4.5.3.1.	O objeto imediato: obrigação de fazer, de dar e de não fazer	217

4.5.3.2.	O objeto mediato: bens jurídicos (coisas e pessoas)	218
4.5.4.	A classificação fundada no objeto da relação jurídica	220
4.5.4.1.	Os direitos obrigacionais	220
4.5.4.2.	Os direitos reais	221
4.5.4.3.	Os direitos da personalidade	221
4.5.5.	O nascimento da relação jurídica	221
4.5.5.1.	Os fatos naturais	222
4.5.5.2.	Os atos jurídicos lícitos	222
4.5.5.3.	Os atos jurídicos ilícitos	223
4.5.5.4.	O abuso do direito	227
4.6.	Exercícios	232
4.6.1.	Leia o Acórdão da Segunda Câmara Civil do Tribunal de Justiça de São Paulo, relativo aos EI 106.119-1 (publicado na RJTJSP, 125:390), e, após, responda s questões formuladas.....	232
4.6.2.	A decisão abaixo é do 2º Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo (Bol. AASP n. 1.641, de 6-6-1990). Leia-a e, após, responda às questões formuladas.....	234
4.6.3.	Exercícios de revisão	238
4.7.	Bibliografia	239
5.	Princípios e Normas Jurídicas	241
5.1.	Conceito	241
5.1.1.	Os princípios	241
5.1.1.1.	Comando maior	241
5.1.1.2.	Razão ético-jurídica-universal	246
5.1.1.3.	Os princípios constitucionais	249
5.1.1.4.	As leis principiológicas	256
5.1.2.	As normas jurídicas	259
5.2.	O mundo ético: norma jurídica, norma moral e norma social	260
5.2.1.	A questão ética	260
5.2.2.	O que diferencia as normas jurídicas das demais normas? ..	263
5.3.	A Sancção, A coerção e a coação	265

5.4.	A norma jurídica e sua formulação lógica	269
5.5.	As normas jurídicas sem sanção	270
5.6.	O sistema jurídico – noções preliminares	272
5.7.	A classificação das normas jurídicas	274
5.7.1.	Quanto à hierarquia	274
5.7.2.	Quanto à natureza de suas disposições	275
5.7.3.	Quanto à aplicabilidade	275
5.7.4.	Quanto à sistematização	277
5.7.5.	Quanto à obrigatoriedade	278
5.7.6.	Quanto à esfera do Poder Público de que emanam	279
5.8.	A validade da norma jurídica	279
5.9.	A vigência das normas jurídicas no tempo	281
5.9.1.	O início da vigência	281
5.9.2.	O término da vigência	287
5.9.3.	A revogação das normas jurídicas	288
5.10.	A vigência das normas jurídicas no espaço	292
5.11.	A eficácia, a retroatividade e os problemas das normas jurídicas inválidas	293
5.11.1.	A eficácia das normas jurídicas	294
5.11.2.	A retroatividade das normas jurídicas	296
5.11.2.1.	O direito adquirido	297
5.11.2.2.	O ato jurídico perfeito	298
5.11.2.3.	A coisa julgada	300
5.11.2.4.	A coisa julgada em matéria criminal	303
5.11.2.5.	Casos de irretroatividade e de retroatividade benéfica	305
5.11.3.	A eficácia de normas jurídicas inválidas	308
5.12.	Exercícios	310
5.12.1.	Leia a matéria abaixo, publicada pelo jornal Gazeta Mercantil de São Paulo (em 5-2-1993), e depois responda às questões formuladas.....	310
5.12.2.	Transcrevem-se, a seguir, trechos de decisão do Superior Tribunal de Justiça, publicada no Boletim da Associação	

dos Advogados de São Paulo (Bol. AASP n. 1.836, 8-3-1994). Leia-os e responda às questões formuladas.....	312
5.12.3. Exercícios de revisão	316
5.13. Bibliografia	318
6. A Interpretação Jurídica	321
6.1. Conceito	321
6.2. O problema da linguagem	324
6.3. "In claris cessat interpretatio"?	329
6.4. "Mens legis" ou "mens legislatoris"?	332
6.5. O sistema jurídico	338
6.6. As regras de interpretação	341
6.6.1. A interpretação gramatical	341
6.6.2. A interpretação lógica	344
6.6.3. A interpretação sistemática	346
6.6.4. A interpretação teleológica	349
6.6.5. A interpretação histórica	352
6.6.6. A interpretação quanto aos efeitos	353
6.6.6.1. A interpretação declarativa ou especificadora ..	353
6.6.6.2. A interpretação restritiva	354
6.6.6.3. A interpretação extensiva	355
6.7. O problema das lacunas e os meios de integração	356
6.7.1. A completude do sistema jurídico	356
6.7.2. As lacunas nas normas jurídicas	357
6.7.3. Os meios de integração. A constatação e o preenchimento das lacunas	358
6.8. A boa-fé objetiva como paradigma da conduta, na sociedade contemporânea, a ser considerada pelo intérprete	361
6.8.1. O comportamento humano previsto na norma	361
6.8.2. O modelo da boa-fé objetiva	362
6.8.3. A operação feita pelo intérprete	365
6.8.4. Conclusão	366
6.9. O problema da segurança jurídica e sua base de confiabilidade ..	366

6.10. Exercícios	369
6.10.1. Transcreve-se a seguir decisão do 2ºTribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo publicada no Boletim da Associação dos Advogados de São Paulo (Bol. AASP n. 150, de 21-10-1987). Leia-a e, após, responda às questões formuladas.....	369
6.10.2. A seguir transcrevem-se trechos de decisão publicada no Boletim da Associação dos Advogados de São Paulo (Bol. AASP n. 1.890, de 21-3-1995). Leia-os e, após, responda às questões formuladas.....	371
6.10.3. Leia a decisão a seguir transcrita, da 4ª Câmara do 1º Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo (Agl 821.589.2, Rel. Juiz Rizzato Nunes, j. 4-11-1998, v.u.). Após, responda à questão formulada.....	374
6.10.4. Exercícios de revisão	377
6.11. Bibliografia	378
7. Anotações sobre a Justiça	381
7.1. Considerações em torno do conceito	382
7.1.1. Justiça, Direito, harmonia e paz social	382
7.1.2. Justiça como fundamento do ordenamento jurídico	384
7.1.3. Justiça entre os indivíduos	384
7.1.4. A justiça na sociedade capitalista atual	385
7.1.5. O peso dos preços, os consumidores pobres e ricos e a injustiça do mercado	397
7.2. O problema da Justiça e os operadores do direito no Brasil	402
7.3. Justiça como virtude	406
7.4. Justiça e Igualdade no sistema jurídico brasileiro	409
7.5. O Problema da Lei Justa	411
7.6. Justiça e Vontade	412
7.7. Justiça Real e Equidade	415
7.8. A Interpretação do Sistema Jurídico	419
7.9. Provas da Equidade	423
7.9.1. Caso n. 1	424
7.9.2. Caso n. 2	425
7.9.3. Caso n. 3	428

7.9.4. Caso n. 4	430
7.10. Um Método para fazer Justiça no Caso Concreto	432
7.10.1. Qualquer método	432
7.10.2. O método intitulado “princípio da proporcionalidade”	432
7.10.3. O método “intuitivo”	435
7.11. Técnicas para aplicação da justiça: opções para o julgador agir visando A uma decisão justa	439
7.12. Exercícios	443
7.12.1. Leia a sentença a seguir transcrita e responda às perguntas após formuladas.....	443
7.12.2. Transcrevem-se a seguir trechos de decisão do 1º Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo (Bol. AAP n. 1.012 – j. em 22-12-1977). Leia-os e, após, responda às questões formuladas.....	446
7.12.3. É transcrita a seguir uma decisão da 4ª Câmara do 1º Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo (Agl 824.085-1, Rel. Juiz Rizzato Nunes, j. 4-11-1998, v.u.). Após sua leitura, responda à questão formulada.....	449
7.12.4. Exercícios de revisão	455
7.13. Bibliografia	456
Anexo I	
Decreto-lei n. 4.657, de 4 de setembro de 1942	457
Anexo II	
Lei Complementar n. 95, de 26 de fevereiro de 1998	465
Anexo III	
Abreviaturas	473
Anexo IV	
Alguns diplomas legais conhecidos pelos seus nomes	477
Anexo V	
Emenda Constitucional n. 32, de 11 de setembro de 2001	479
Bibliografia Geral	483
Índice Alfabético de Assuntos	489